

A MOBILIDADE INTRA-REGIONAL NA METRÓPOLE: CONSOLIDA-SE UMA QUESTÃO

*José Marcos Pinto da Cunha**

Introdução

A migração tem sido, ao longo da história, um elemento importante na dinâmica demográfica e econômica brasileira. Seja através das imigrações do além-mar, em um primeiro momento, seja em função da mobilidade interna posteriormente, o fato é que o fenômeno migratório não pode ser desconsiderado quando se pretende entender ou mesmo descrever a trajetória populacional do País.

Na literatura pode-se encontrar muitos autores que abordam direta ou indiretamente e sob vários pontos de vista e referências temporais o tema da migração no Brasil (BALÁN, 1974; MARTINE, 1990; MATA, 1980; MARTINE, 1990; GRAHAM e HOLANDA, 1980; MERRICK e GRAHAM, 1981; entre outros). Da análise destes estudos clássicos e de outros não mencionados, constata-se que até bem pouco tempo, a maior parte dos estudiosos envolvidos com o tema dedicaram-se a entender e diagnosticar as migrações rurais/urbanas e os deslocamentos interestaduais, uma vez que estas foram, sem dúvida nenhuma, as grandes problemáticas no País nos anos 60 e 70.

Contudo, confirmando as expectativas e previsões derivadas das tendências já detectadas a partir dos dados do Censo de 80, as informações mais recentes do Censo de 1991, mostraram que o cenário migratório nacional mudou de maneira significativa.

Assim, ao que parece, a mobilidade interestadual que roubava a cena dos estudos migratórios das décadas anteriores foi progressivamente perdendo peso relativo para outras formas de deslocamentos

populacionais relativamente menos visíveis em uma época quando a grande questão era a migração dos nordestinos ou mineiro para São Paulo, a ocupação das fronteiras agrícolas, etc.

De fato, como será demonstrado, já na década de 70, algumas formas de deslocamentos intra-regionais começam a ganhar maior volume e importância relativa e, por conseguinte, passaram a figurar, mesmo que de maneira ainda tímida na agenda atual dos estudos migratórios. Tratam-se, na verdade, de deslocamentos populacionais de caráter permanente (migração intrametropolitana) ou diário (mobilidade pendular) que surgiram e ganharam força em decorrência do processo de expansão e (re)estruturação urbana, sobretudo nas áreas metropolitanas, alimentados pela tendência sustentada de concentração demográfica ao longo das décadas de 60 e 70.

Dentro deste contexto, o presente artigo busca analisar alguns dos dados censitários disponíveis de forma a mostrar a importância crescente destes novos movimentos populacionais na dinâmica demográfica das Regiões Metropolitanas, em detrimento das históricas migrações interestaduais. Além disso, pretende-se apresentar algumas de suas características mais marcantes, para o que se recorre às informações da década de 70 já que até o momento não se dispõe de dados mais recentes.

Também como forma de situar esta discussão, apresenta-se preliminarmente alguns antecedentes sobre a história migratória nacional, da qual o tema abordado é uma decorrência.

Os movimentos migratórios no Brasil até os anos 70: uma breve síntese

Situando a questão apenas a partir do final do século passado, pode-se dizer que o fim da década de 20 marcou uma importante inflexão nas características dos movimentos migratórios nacionais. Se até então, durante a vigência do modelo primário-exportador, a imigração estrangeira destacava-se como fenômeno, depois da crise de 1929, as migrações internas ganharam preponderância no processo de distribuição espacial da população.

No primeiro caso, o fortalecimento do ciclo econômico do café e a interrupção do tráfego de escravos foram elementos decisivos para a implementação no Brasil de políticas explícitas de imigração livre que implicou na chegada de milhares de imigrantes europeus (principalmente portugueses e italianos)¹. Segundo MERRICK e GRAHAM (1981:122) “cerca de 4 milhões de imigrantes entraram no país de 1880 a 1930”, sendo que “a década de 1890 registrou a maior imigração da história brasileira, com mais de um milhão de pessoas”².

O fato da imigração estrangeira ter sido relevante não implica, no entanto, que no período anterior à crise de 1929 não tenham havido movimentos internos. Embora o dimensionamento desses fluxos seja pouco confiável, há indicações de que a cultura do café motivou os movimentos de trabalhadores nacionais (CAMARGO, 1982) e escravos libertos para o Sudeste

(BUARQUE de HOLANDA, 1989), assim como a borracha mobilizou indivíduos do Nordeste para a Região Amazônica sem contar os outros deslocamentos relacionados à expansão da fronteira (BALÁN, 1973).

Talvez o mais interessante a considerar na história migratória brasileira e que está mais diretamente relacionado às condições atuais de concentração populacional e urbana, sejam os movimentos internos ocorridos, sobretudo, a partir dos anos trinta. Foi, sem dúvida, a partir daí que os deslocamentos populacionais internos começaram a ganhar força, refletindo a crescente diferenciação socioeconômica que se instalava no Brasil em termos regionais.

Como bem assinala MARTINE (1990)³, o período pós-30 foi marcado por duas tendências redistributivas, uma centrífuga, ancorada na ocupação e abertura de fronteiras agrícolas, e outra centrípeta que implicou na crescente concentração da população nas grandes cidades.

A crise do café e, portanto, a perda de hegemonia da produção agrícola na economia nacional, no período pós-30, marca o início efetivo do processo de industrialização e com ele a concentração das atividades e o aumento progressivo do poder de atração do eixo São Paulo/Rio. Propiciado também pela falta de oportunidades nas regiões de origem - preponderantemente rurais - tal processo acelerou-se ainda mais no período pós-guerra quando a necessidade de mão-de-obra pela indústria tornou-se ainda mais intensa. Os fluxos mais significativos registrados nesse período foram de Minas Gerais e Bahia em direção a São Paulo - sendo os primeiros fluxos ainda devido ao café; do Nordeste a São Paulo; dentro do Estado de São Paulo, da Região Central em direção ao Oeste (uma das últimas etapas da expansão do café); e, finalmente, o início da ocupação das fronteiras do Centro-Oeste e Maranhão.

A partir de 1950, o que se observa é um crescimento e importante diversificação do parque industrial brasileiro, principalmente em São Paulo com a instalação de indústrias pesadas como é o caso da automobilística (CANO, 1977). Também nesse período inicia-se um processo de tecnificação da agricultura - tendência que

se consolidaria apenas mais tarde - e incrementa-se, sobretudo nas áreas rurais, o ritmo do crescimento vegetativo em função da grande queda da mortalidade registrado no pós-guerra, aumentando a população excedente nessas áreas.

Nesse contexto, a maioria das tendências iniciadas no período anterior amplificou-se, resultando em uma intensificação daqueles fluxos migratórios internos, sendo que a eles se somaria a migração para o norte do Paraná; fenômeno esse resultado da última expansão de fronteira baseada na produção do café.

Como lembra MARTINE (1994), outra etapa significativa em termos migratórios no Brasil ocorreu a partir de meados dos anos 60, quando teve lugar o início de uma progressiva e, sem precedentes, desruralização e, conseqüentemente, concentração urbana derivadas de transformações radicais no campo. A tecnificação, os mecanismos de crédito adotados, a especulação e concentração fundiária restringiram de forma impiedosa o acesso à terra pelos pequenos produtores e reduziram a demanda por mão-de-obra, gerando um grande êxodo rural.

Assim, não apenas foram consolidadas as grandes concentrações urbanas do Sudeste e, conseqüentemente, as formações metropolitanas⁴, mas também se deu a maior expansão das fronteiras agrícolas nacionais quando áreas da região amazô-

nica, como Rondônia, apresentam os maiores crescimentos demográficos do país. Nesse mesmo período, registra-se um grande êxodo rural dos Estados do Paraná e Goiás que até então haviam sofrido um acentuado ritmo de ocupação.

Vale a pena frisar ainda que nos anos 70 já se delineava uma tendência de estagnação ou mesmo de arrefecimento do crescimento das regiões metropolitanas - como ocorreu, por exemplo, naquelas do Sudeste - fenômeno que estaria refletindo, por um lado, a redução da imigração inter-regional e, por outro, ainda que em menor grau, o crescimento demográfico e econômico de outras áreas próximas às regiões metropolitanas⁵.

As Tendências Recentes da Migração no Brasil

A Migração Interestadual: o Arrefecimento Esperado

Um fato incontestável revelado pelo Censo Demográfico de 1991 foi a diminuição generalizada do crescimento demográfico nas regiões brasileiras. Como atesta MARTINE (1994:8), no intervalo intercensitário de 1980/91 "...todas as grandes regiões apresentaram uma redução importante do seu ritmo de crescimento em relação às décadas anteriores".

TABELA 1

Brasil: Taxa Média Geométrica de Crescimento segundo Grande Regiões - 1940/91

Brasil e Grandes Regiões	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91
Brasil	2,35	3,04	2,89	2,48	1,93
Norte	2,30	3,40	3,47	5,02	4,06
Nordeste	2,23	2,12	2,40	2,16	1,82
Sudeste	2,11	3,11	2,67	2,64	1,76
São Paulo	2,40	3,50	3,30	3,50	2,02
Minas Gerais	1,50	2,33	1,49	1,54	1,48
Sul	3,19	4,14	3,45	1,44	1,38
Paraná	5,61	7,16	4,97	0,97	0,93
Centro-Oeste	3,30	5,45	5,60	3,99	2,99

Fonte: MARTINE, 1994.

Na verdade, em nível de país como um todo, tal diminuição já era esperada em função da queda da fecundidade, que desde meados dos anos 60 já vinha sendo detectada. No entanto, o comportamento de algumas regiões chama a atenção pela drástica redução do crescimento, como nos casos dos Estados do Sudeste, ou pela manutenção de taxas de crescimento ainda elevadas como ocorreu no Norte (tabela 1).

Pelo menos até os anos 70, impulsionada pela intensa imigração, a Região Sudeste e, em particular, o Estado de São Paulo, cresceram a taxas significativamente maiores que as do País, fato que já não se observa nos anos 80. Assim, mesmo não dispondo, até o momento, de estimativas sobre migração para essa década⁶, pode-se deduzir que o comportamento observado por essa região é um reflexo direto do importante arrefecimento dos movimentos migratórios.

A contrapartida para essa situação pode ser obtida a partir da observação do comportamento das taxas de crescimento das regiões historicamente "fornecedoras" de migrantes, como o Paraná, Minas Gerais e, principalmente, o Nordeste. Nesses casos, constata-se que a diminuição das taxas foi bem menor que no Sudeste ou mesmo no Brasil, o que é um indicio de que a emigração deve ter diminuído de maneira significativa.

Obviamente que ao levar em consideração que a taxa de 1,92% a.a. registrada para o Brasil seja um indicativo aproximado do crescimento vegetativo médio do país⁷, pode-se concluir que ainda houve nos anos 80 emigração líquida nessas áreas, até porque, sobretudo no Nordeste, é bem provável que a fecundidade seja maior que o média nacional, o que levaria também a um crescimento vegetativo maior.

No entanto, parece não restar dúvidas de que a intensidade dessa emigração diminuiu, o que se reflete diretamente na redução do crescimento do Sudeste, em particular de São Paulo, que sempre tiveram nesses fluxos migratórios um dos grandes impulsionadores de seus aumentos populacionais⁸.

Por outro lado, o crescimento demográfico acima da média nacional apresentado pelas regiões Norte e Centro-Oeste mostram que ainda nos anos 80 essas áreas registraram saldos migratórios positivos que certamente foram mais importantes na primeira região, em especial nos Estados de Rondônia, Roraima e Pará que cresceram a taxas elevadas da ordem de 5,5%, 8,7% e 3,6% a.a., respectivamente.

Em suma, os dados do Censo de 1991, até o momento disponíveis, permitem inferir que, à exceção dos casos da manutenção de ocupação das fronteiras agrícolas, a década de 80 foi marcada por uma importante redução da mobilidade interestadual.

Os motivos dessa nova tendência ainda não são conclusivos, contudo, os efeitos da crise que estagnou ou, no mínimo, diminuiu fortemente o crescimento das oportunidades econômicas dos grandes centros do país, reduzindo seu poder de atração, deveriam ser lembrados entre os elementos responsáveis. Além disso, a redução da fecundidade e, conseqüentemente, dos estoques populacionais nas áreas expulsoras podem ser elencados como fatores importantes para tal situação⁹.

Assim, além da redução da concentração populacional nos maiores centros urbanos do país, em especial nas regiões metropolitanas, um corolário de toda essa modificação da dinâmica migratória interestadual deverá ser o aumento da intensidade, ou pelo menos, da importância relativa, da mobilidade intra-estadual, sobretudo, a intra-regional. Novamente aqui os dados disponíveis não permitem conclusões definitivas, contudo, a observação da tabela 2 possibilita algumas inferências que confirmam essa tendência.

Os Movimentos Migratórios Intra-Regionais: a Questão Emergente

Os primeiros dados do Censo de 1991 já permitem avaliar de maneira aproximada que a década de 80 consagra novas tendências em termos dos movimentos populacionais - algumas das quais já se delineavam na década anterior - que até então não se destacavam comparativamente à migração rural-urbana, em geral, e a migração inter-regional, em particular.

Na verdade, no contexto de intenso processo de concentração populacional, iniciado desde os anos 60, novas formas de mobilidade populacional passaram a ganhar importância e significado analítico. De fato, principalmente nas grandes áreas metropolitanas, os movimentos intra-regionais e a mobilidade pendular surgem como questões emergentes uma vez que, de certa forma, seriam conseqüência de uma dinâmica interna própria de expansão da região, por sua vez ligada ao processo de uso e ocupação do solo, da "periferização" da população, da desconcentração da atividade econômica, etc.¹⁰

TABELA 2

Brasil: Taxas de Crescimento dos Estados e respectivas Regiões Metropolitanas-1980/91

Unidades da Federação	Taxas de Crescimento Médio Anual (%)		
	Estado	Região Metropolitana	Periferia Metropolitana
Pará	3,64	2,65	2,65
Ceará	1,70	3,49	6,38
Pernambuco	1,35	1,85	2,92
Bahia	2,08	3,18	4,31
Minas Gerais	1,48	2,52	4,98
Rio de Janeiro	1,13	1,01	1,47
São Paulo	2,12	1,86	3,20
Paraná	0,93	3,64	6,40
Rio Grande do Sul	1,48	2,15	3,12

Fonte: MARTINE,

TABELA 3

Quadro Comparativo da Participação Relativa dos Movimentos Intrametropolitanos no Conjunto da Migração
Regiões Metropolitanas Brasileiras - 1970/80

Regiões Metropolitanas	População Não Natural dos Municípios Metropolitanos com Menos de 10 Anos de Residência*			Participação Relativa da Migração Intrametropolitana	
	Total	Residência Anterior no Respectivo Estado	Residência Anterior na Região Metropolitana	No Total da Migração	Na Migração com Origem no Respectivo Estado
Belém	178059 (668013)	122738 (18,37)	20144 (3,0)	11,3	16,4
Fortaleza	368077 (697273)	307715 (44,13)	45474 (6,5)	12,3	14,8
Recife	495842 (948666)	404344 (42,62)	243182 (25,6)	49,1	60,1
Salvador	316230 (1155718)	237332 (20,54)	35906 (3,1)	11,3	15,1
Belo Horizonte	749266 (2328713)	640084 (27,49)	185468 (8,0)	24,7	29
Rio de Janeiro	1331471 (1671619)	677773 (40,55)	548980 (32,8)	41,2	81
Curitiba	478505 (2219382)	376417 (16,96)	89978 (4,0)	18,8	23,9
Porto Alegre	651107 (1411394)	584139 (41,39)	205877 (14,6)	31,6	35,2
São Paulo	3383701 (6602458)	1464045 (22,17)	920423 (13,9)	27,2	62,9

Fonte: Fundação IBGE. Fluxos Migratórios Intrametropolitanos. Brasil-1970/1980. Textos para Discussão, nº 45, Rio de Janeiro, 1991.
-----Censo Demográfico do Brasil de 1980

* Os valores entre parênteses representam o total de imigrantes registrados nas respectivas Unidade da Federação e os percentuais de cada coluna com relação a este total.

A Migração Intrametropolitana

De fato, confrontando as taxas de crescimento total das Unidades da Federação com as de suas respectivas áreas metropolitanas e dessas últimas com as de suas periferias¹¹, sobram indícios da existência de movimentos migratórios intrametropolitanos e intra-estaduais envolvendo essas áreas.

No primeiro caso, observa-se que para 6 das 9 RMs o crescimento total do Estado é menor que o das Regiões Metropolitanas, o que possivelmente seria explicado por transferências populacionais líquidas para estas áreas. A não ser por esse motivo, os diferenciais só poderiam ser explicados pela incidência de um maior crescimento vegetativo nas áreas metropolitanas o que, além de pouco provável, dificilmente seria suficiente para justificar as discrepâncias encontradas.

As exceções a essa regra são os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pará nos quais as RMs crescem mais lentamente que o total estadual; o que sugere que, nestes casos, exista transferências populacionais líquidas desde estas últimas áreas para o interior dos respectivos Estados. De fato, no caso específico de São Paulo, mostrou-se (CUNHA, 1987) que já na década de 70 esse fenômeno ocorria.

Pelo menos no caso de São Paulo e Rio de Janeiro não é de se estranhar tal comportamento, haja vista a grande concentração populacional observada ao longo dos anos e a desconcentração mais recente das atividades produtivas para o interior de seus territórios.

Outra tendência de mobilidade populacional que pode ser inferida da **tabela 2** são as migrações intrametropolitanas. Na verdade, em contexto regional de tão baixas taxas de crescimento demográfico somente transferências

massivas de população do centro para a periferia poderiam justificar as elevadas taxas dessas últimas áreas.

Para que tenha uma idéia, segundo dados divulgados pela Fundação IBGE (1991), já nos anos 70, a migração intrametropolitana foi responsável por cerca de 13,0% de todos os migrantes registrados na década de 70 nos Estados que possuíam área metropolitana, e 28,9% daqueles recebidos pelas próprias Regiões Metropolitanas, sendo que para algumas delas, como Rio de Janeiro e Recife esta última cifra atingiu níveis ainda maiores (**tabela 3**).

Os dados da **tabela 3** deixam também evidente o grande volume populacional que representam as transferências populacionais no interior da maioria das Regiões Metropolitanas, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro onde, respectivamente, 920 e 548 mil pessoas trocaram de município no seu interior na década de 70.

Além desses dados gerais divulgados pelo IBGE, alguns estudos mais aprofundados deixam bastante claro o papel da migração intrametropolitana no processo de redistribuição espacial da população no interior da metrópole (CUNHA, 1994; MATOS, 1994; RIGOTTI e RODRIGUES, 1994). Estes estudos feitos para São Paulo e Belo Horizonte, não apenas confirmam esse fato, como também mostram uma interessante semelhança nos processos para as duas regiões quanto ao caráter predominantemente centrífugo dos movimentos tendo a capital como principal área de origem dos migrantes.

Desta forma, percebe-se que esse tipo de mobilidade também já podia ser identificada na década de 70 para todas as RMs do país. Contudo, pode-se esperar que, em razão da forte diminuição dos fluxos migratórios interestaduais, sua importância relativa, enquanto impacto na dinâmica demográfica dos municípios metropolitanos, tenha crescido de forma significativa, na década seguinte.

Assim, todos os indícios levam a crer que a grande questão migratória da década de 80 a ser revelada futuramente pelos dados censitários específicos, será a mobilidade de mais curta distância, seja ela intrametropolitana ou intra-regional. Em termos prospectivos não se vislumbra mudanças que permitam reverter esse quadro, sobretudo, em um momento de grande ajuste pelo qual passa o País.

Mobilidade Pendular

Pode-se considerar que a mobilidade pendular, aqui entendida como o deslocamento de pessoas em caráter diário com a finalidade de exercer alguma atividade fora de sua região de residência, é um fenômeno intrínseco ao processo de metropolização, uma vez que reflete, em outros aspectos, o descompasso entre o processo de redistribuição da população e a distribuição das atividades econômicas e de serviços no espaço urbano.

Como já se mostrou, o que se observa no Brasil é que uma das consequências das grandes aglomerações é o progressivo crescimento e ocupação das áreas periféricas

em detrimento das áreas centrais, o que, via de regra, implica no distanciamento cada vez maior entre o população e os lugares onde esta exerce suas atividades, sobretudo, as produtivas. Assim, o processo de periferização da população tem como um de seus indiscutíveis corolários, o aumento não só das distâncias e tempo das viagens dos indivíduos, mas também do volume de pessoas que se deslocam diariamente dentro da metrópole. Dados coletados pela Pesquisa Origem/Destino (O/D) do Metrô Paulista mostram que, em 1977 e 1987 (momentos da referida pesquisa), para regiões mais distantes do Centro e para as camadas mais pobres (que, em geral, aí residiam), o tempo médio de viagem era praticamente o dobro da média regional calculada em 33 e 37 minutos, respectivamente (METRÔ, 1989).

Até o momento, poucos são os estudos conhecidos que tratam da questão da mobilidade pendular (BAENINGER, 1992; BÓGUS, MONTALI e BAENINGER, 1990; CUNHA, 1994 e HOGAN, 1992) e, portanto, mais escassos ainda são os dados disponíveis a esse respeito. No caso específico da Região Metropolitana de São Paulo, os dados censitários de 1980 mostram que, naquele momento, mais de 760 mil pessoas (14% da PEA metropolitana) deslocavam-se de um município a outro dentro da Região para desenvolverem suas atividades produtivas ou estudantis.

Contudo, para esta mesma região, estas cifras não espelham a importância da mobilidade pendular na vida dos moradores das periferias, sobretudo, aquelas tipicamente com função dormitório. Nestes casos específicos, os dados analisados mostraram que, em média, 45% da PEA residente exercia duas atividades em outro município (CUNHA, 1994).

Os mesmos dados mostram, ademais, que a mobilidade pendular é ainda mais frequente entre os migrantes intrametropolitanos. De fato, enquanto para estes últimos 53% da PEA realizavam este tipo de movimento, no caso de outros tipos de migrantes, ou mesmo dos não-migrantes, este percentual não ultrapassava os 12%.

Assim sendo, percebe-se que migração intrametropolitana e mobilidade pendular possuem uma estreita relação não apenas porque esta última é, em boa medida, uma contrapartida da primeira, mas porque muitos dos condicionantes de uma serão também os da outra. Portanto, é natural que, no presente quadro migratório nacional, ambas as questões figurem simultaneamente como temas da mais alta relevância.

Infelizmente a mobilidade pendular deixou de ser captada no Censo de 1991, razão pela qual esforços alternativos deverão ser empreendidos no sentido de se preencher esta lacuna. Entretanto, o que se pode dizer é que se trata de um fenômeno dos mais relevantes para a compreensão das consequências demográficas do processo de expansão urbana das grandes aglomerações¹² e que, portanto, deve ser melhor entendido e analisado. Aliás, ainda hoje os dados dos Censos de 1970 e 1980 específicos sobre este fenômeno estão praticamente inexplorados o que abre um enorme campo de estudos possíveis ainda por serem feitos.

Conclusões

O Brasil passou, na década de 80, por importantes transformações econômicas e sociais alternando momentos de crise, como no início da década e desfrutando de tempo

Foto: Arquivo CEM



de grande entusiasmo, como o Plano Cruzado. Neste contexto, sua dinâmica demográfica, em particular, a migratória não ficou imune a mudanças.

De fato, os primeiros dados divulgados do Censo Demográfico de 1991 já foram capazes de apontar alterações nos padrões de comportamento demográfico regional e da mobilidade territorial no país. Chamou, assim, a atenção a redução quase que generalizada das taxas de crescimento das várias regiões, principalmente, do Sudeste que, apesar da queda da fecundidade, só se poderiam justificar pelo arrefecimento ou mesmo interrupção dos históricos fluxos migratórios interestaduais.

Os dados são claros: enquanto as antigas áreas receptoras de migrantes diminuiram de forma abrupta seus ritmos de crescimento demográfico, as regiões expulsoras se recuperaram, ou pelo menos, reduziram a intensidade de queda de suas taxas.

Paralelamente a isso, também a maioria das Regiões Metropolitanas sofreu reduções significativas de seus crescimentos, a ponto de, algumas delas, como São Paulo e Rio de Janeiro, crescerem a níveis inferiores aos seus respectivos estados. Não obstante o anterior, chamou-se a atenção para o fato de que, nestas áreas metropolitanas, a periferia continuou crescendo, indicando que, independentemente do arrefecimento do crescimento demográfico da região, a população continuou a se distribuir dentro destas áreas. Dados recuperados de pesquisas anteriores para algumas regiões, mostraram que para este processo, a contribuição da migração intrametropolitana foi decisiva.

Assim, o que se sustentou neste artigo foi que, em um contexto da diminuição dos fluxos migratórios interestaduais, este tipo de migração - que já podia ser claramente identificada na década de 70 para muitas áreas metropolitanas, em especial a de São Paulo - deve ter ganho importância relativa passando a ter maior peso sobre a dinâmica de ocupação dos espaços metropolitanos.

Por isso mesmo, considerou-se que a migração intrametropolitana, em particular e a intra-regional, de forma mais geral, deverão ser questões que emergirão com maior nitidez dos dados específicos do

Censo de 1991, ocupando, portanto, um papel de destaque entre as questões migratórias mais atuais.

* José Marcos Pinto da Cunha é Demógrafo da Fundação SEADE e do NEPO/UNICAMP.

NOTAS

1. MERRICK e GRAHAM mencionam, inclusive, que os fazendeiros no Sudeste "frente à falta de um substituto local para a mão-de-obra escrava...criaram em 1886 a Sociedade Promotora de Imigração para estimular o afluxo de imigrantes europeus (sobretudo italianos)" (p.120).
2. Sobre o tema da migração internacional ver também LEVI, 1974.
3. Considera-se que o trabalho de MARTINE (1990) tem, ao mesmo tempo, a virtude de resumir, periodizar de maneira muito didática o que de mais importante ocorreu no país em termos migratórios até a década de 70.
4. A Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, foi oficialmente constituída em 1965, muito embora sua formação fique caracterizada já nos anos 50.
5. No caso específico do Estado de São Paulo, por exemplo, esse fato pode ser comprovado tanto do ponto de vista das trocas migratórias que a Região Metropolitana de São Paulo estabelece com as regiões vizinhas (CUNHA, 1987), como no que se refere à efetiva "interiorização do desenvolvimento" que há tempos vem se observando (CANO et alii, 1992).
6. Na verdade, para o Estado de São Paulo pôde-se encontrar estimativas de saldos migratórios do período 80/91. Assim de ganhos populacionais, na década de 70, da ordem de 3 milhões de indivíduos, este Estado passou, nos anos 80, a apenas 586 mil (FUNDAÇÃO SEADE, 1992), o que implicou na diminuição da taxa de migração líquida de 1,5% para menos de 0,2% ao ano.
7. Essa afirmação considera que o Brasil seria um país fechado, ou seja, que não possuiria imigração ou emigração estrangeira relevante o que, no atual momento já está sendo contestado.
8. Para que se tenha uma idéia, nos municípios do Estado de São Paulo, em 1980, foram registrados 2,83 milhões de pessoas não-naturais provenientes de outros estados da federação, das quais 1,2 milhões (42%) eram provenientes do Nordeste, 667 mil do Paraná (23%) e 554 mil de Minas Gerais (19%).
9. A esse respeito, considerar o texto de MARTINE (1994) onde são sistematizados vários outros condicionantes.
10. Como exemplo de um estudo que discute tais questões enquanto condicionantes dos movimentos migratórios intrametropolitanos veja-se CUNHA (1994).
11. De modo a simplificar o raciocínio, o termo periferia é utilizado aqui para representar todos os municípios da Região Metropolitana excetuando a capital do respectivo Estado. No entanto, deve-se reconhecer que essa alternativa não é muito adequada dada a heterogeneidade, em geral, existente nas regiões, fato que se pôde mostrar, por exemplo, em estudo para o Estado de São Paulo (CUNHA, 1994).
12. Apenas à guisa de informação, mesmo em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, a questão da mobilidade pendular (commuting) é um fenômeno característico do processo de metropolização, muito embora assumindo características próprias e bem distintas daquelas observadas para o Brasil. Para maiores detalhes sobre estas especificidades ver, por exemplo, os trabalhos de Castells (1974) ou de Gottdiener (1991).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAENINGER, R. Espaço e tempo em Campinas. Migrantes e expansão do pólo industrial paulista. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 1992.
- BALÁN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 5, 1973.
- BÓGUS, L.M.M., MONTALI, L., BAENINGER, R. Processos migratórios no Estado de São Paulo: resultados de pesquisa. VII Encontro Nacional da ABEP. ANAIS..., São Paulo, 1990.
- BUARQUE de HOLANDA, S. Raízes do Brasil. Editora José Olympio, 21ª ed., 1989.
- CAMARGO, J.F. Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. FFCL, USP, SP, 1982.
- CANO, W. Raízes da concentração industrial no Brasil. T.A. Queiroz Editores, São Paulo, 1983.
- CASTELLS, M. La Cuestión Urbana. Madrid, Siglo Veintiuno, 1974.
- CUNHA, J.M.P. Migração pendular, uma contrapartida dos movimentos populacionais intrametropolitanos: o caso do município de São Paulo. Conjuntura Demográfica, São Paulo, nº 22, 1993.
- _____. Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Tese de doutoramento, IFCH/UNICAMP, 1994.
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRO. Pesquisa de Origem e Destino, 1987. Região Metropolitana de São Paulo. Síntese das Informações. São Paulo, 1989.
- FUGUITT, G.V. The nonmetropolitan population turnaround. Ann. Rev. Social. v. 11, p. 259-280, 1985.
- FUNDAÇÃO IBGE. Fluxos migratórios intrametropolitanos, Brasil - 1970/80. Textos para discussão, nº 45, Rio de Janeiro, 1991.
- GOTTDIENER, M. The social production of urban space. Austin: University of Texas Press, 1985.
- GRAHAM, D.H., HOLANDA, S.B. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, H. (coord). Migrações Internas. Fortaleza: Minter/Banco do Nordeste do Brasil, v.?, 1980.
- HOGAN, D.J. Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras. In: HOGAN, D.J. e VIEIRA, P.F.: Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: UNICAMP, 1992.
- MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. IPEA, Texto para Discussão, nº 329, Brasília, 1994.
- _____. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: História e População: estudos sobre a América Latina. Fundação SEADE, São Paulo, 1990.
- MATA, M. Urbanização e migração internas. In: MOURA (coord) Migração Interna. Fortaleza: Minter/Banco do Nordeste do Brasil, v.?, 1980.
- MATOS, R.E.S. A Desconcentração Populacional em Minas Gerais e as Mudanças na Região-Core. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais 9, 1994, Caxambu, MG. Anais...São Paulo: ABEP, v.?, 1994.
- MERRICK, T., GRAHAM, D.H. População e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- RIGOTTI, J.I.R. e RODRIGUES, R.N. Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional da ABEP, 1994. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais 9, 1994, Caxambu, MG. Anais...São Paulo: ABEP, v.?, 1994.